

VIOLÊNCIA ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre programas e projetos de contenção da violência escolar nas escolas da Prefeitura Municipal de Salvador

Meire Pereira Checa¹

Resumo: *O artigo explicita a pesquisa desenvolvida na dissertação que trata de Violência na escola e políticas públicas de contenção. Aborda a violência escolar e se debruça em explicitar sua complexidade apresentando as diversas tipologias que a compreendem, discorrendo sobre perspectivas explicativas da violência: estrutural, econômico, social, cultural, da naturalização da violência, do simbólico e da crise docente. O cabedal exposto permite abarcar a multiplicidade que abrange o conceito de violência escolar. O objetivo é averiguar se as políticas públicas que fortalecem a relação comunidade e escola são elementos que favorecem a contenção da violência escolar, e se políticas públicas de diminuição da violência na escola são suficientes para superar o problema. O campo de pesquisa abrangeu a Secretaria de Educação do Município de Salvador. A metodologia adotada foi a qualitativa, através do estudo de caso das escolas municipais de Salvador, e o instrumento utilizado compôs-se de quatro roteiros de entrevistas aplicados a: cinco Coordenadores de Programas, dez Coordenadores Regionais das Escolas, quatro Gestores de unidades escolares e a Consultora do MEC na Bahia. Os resultados delineados na pesquisa permitiram desvelar as violências nas escolas da rede municipal, o papel que desempenham os programas e projetos implantados para conter a violência, e, sobretudo, a articulação das Gestoras com a comunidade no entorno da escola na busca de soluções a alcance e as restrições com as quais se deparam no âmbito social e institucional para enfrentar essa problemática.*

Palavras-chave: Política Pública. Violência. Violência Escolar. Programas. Projetos.

O aumento demográfico de jovens e a explosão de expressões de violência dentro das unidades escolares exigem a adoção de medidas direcionadas à socialização e à contenção da escalada da violência nas instituições de ensino. Nesse contexto, é necessária a criação de políticas públicas que contribuam para a solução de um problema que vem, cada vez mais, aterrorizando a sociedade civil: a violência nas escolas.

O estudo da violência escolar vem atender à necessidade de responder à inquietação desencadeada a partir de questionamentos dos discentes do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, que buscavam soluções por parte dos docentes da disciplina Psicologia da Educação no intuito de saber de que forma deveriam lidar com a violência nas escolas. Para responder a essa inquietação, o caminho percorrido foi aprofundar os estudos sobre a violência escolar, o que motivou a necessidade de investigar as iniciativas que foram construídas para lidar com esse problema social.

As inúmeras ações de violência na escola, envolvendo adolescentes e jovens como vítimas e, também, como agressoras, denunciam um conflito interno e comprometem a essência de sua função na sociedade: acesso ao saber como processo de autonomia dos alunos. É comum ser informado sobre alguns episódios de violência nas escolas através de veículos midiáticos, a

¹ Mestre em Políticas Públicas pelo Mestrado de Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional- UNEB, Especialista em Psicologia da Educação, Graduação em Psicologia e Docente em Psicologia da Educação da UNEB. Autor do referido artigo. E-mail: Meire_pc@hotmail.com.

exemplo de um noticiário nacional sobre o aluno de uma escola em Goiânia que foi vítima de violência física e psicológica, repetidas vezes, por parte de colegas². A família do aluno, para resolver o problema, buscou apoio na comunidade acadêmica, sem, contudo, obter êxito. Inseguros, e preocupados com o jovem, os pais procuraram os meios jurídicos para sanar o problema. Como consequência, a direção escolar respondeu a um processo criminal que a levou a pagar uma indenização à família da vítima por não ter garantido sua integridade no ambiente escolar.³

Nessa situação específica, a escola não foi capaz de propor e implementar ações que garantissem a proteção ao discente vitimado, bem como assistência ao agressor. Entretanto, esse não foi um caso isolado de uma escola de Goiânia. Outras violências têm ocorrido no cotidiano das escolas em nível nacional, atemorizando pais, alunos e professores.

A pesquisa desenvolvida por Waiselfisz (2008) traz informações referentes à violência juvenil nos municípios brasileiros, e mostra as taxas dos 200 municípios brasileiros com maior número de homicídios em 2006. A cidade do Salvador ocupa a desconfortável quarta posição, e observa-se um crescimento entre 2002 a 2006, sendo respectivamente: 585 (2002), 730 (2003), 739 (2004), 1062 (2005), 1176 (2006) casos de homicídios por ano. Constata-se que Salvador apresenta altos índices de vítimas juvenis. Os dados são preocupantes e evidenciam a demanda de políticas públicas focadas para este grupo em especial.

Publicação recente do jornal *A Tarde* revelou dados referentes a ocorrências de violência em escolas do município de Salvador e arredores, catalogadas na Delegacia do Adolescente Infrator – DAI – no ano letivo de 2009. Diante deste cenário, é fundamental investigar de que maneira o poder público contempla a demanda de políticas públicas, voltadas à contenção de violência na escola. Destarte, a questão “Quais as políticas públicas, programas e projetos que trabalham com a finalidade de resolver este conflito social?” é o problema norteador desta pesquisa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o objetivo geral refere-se a “Investigar os programas e projetos que atuam na contenção da violência escolar identificadas na Rede Municipal de Ensino de Salvador”. No intuito de alcançar esse objetivo ficam estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os problemas nas unidades escolares da PMS; Analisar as soluções nas escolas frente aos problemas delineados; Analisar as soluções externas às escolas para conter a violência; Identificar e analisar os programas e projetos que atuam na contenção dos problemas identificados pelas Gestoras e Coordenadoras Regionais.

A metodologia adotada foi a qualitativa, através do estudo de casos da Rede Municipal de Ensino de Salvador. A Rede Municipal de Ensino de Salvador tem 414 escolas, das quais 28 unidades são de 5º a 8º ano. Pesquisar as unidades escolares de 5º a 8º deve-se ao fato de que os alunos são adolescentes e jovens, localizando maior incidência de violências vista tanto nas pesquisas de Waiselfisz (2008) quanto nos veículos midiáticos. A pesquisa foi delimitada pelas Gestoras de escolas do 2º ciclo de Ensino Fundamental, as Coordenadorias Regionais e as Coordenadorias de Programas e Projeto interno e externo à SECULT. Foram aplicados quatro roteiros de entrevistas, sendo um deles a duas Coordenadoras de Programas na Secretaria de

² Esse tipo de violência é denominado pela literatura da área de *bullying*. Cf. PT Relatório (ASSECEIRA, 2007) e Hutchinson (2005).

³ A informação foi veiculada no noticiário do *Jornal Nacional*, em agosto de 2008.

Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador – SECULT – (Escola Aberta e Mais Educação); o segundo, a dez Coordenadoras Regionais; o terceiro, a quatro Gestoras de escolas da Rede Municipal de Salvador; e o quarto, a três Coordenadores (as) de programas na SECULT (Programa de Educação de Direitos Humanos, PROGREDH), na Polícia Militar (PROERD), e na Universidade Federal da Bahia – UFBA – (Escola que Protege) e a Consultora do MEC na Bahia (Escola Aberta). A construção do quarto roteiro se deve ao fato de serem programas com Coordenações externas à instituição e, também, a necessidade de investigar em maior profundidade o PROGREDH e o Programa Escola Aberta.

O referencial teórico desta pesquisa aborda a violência escolar manifestando a complexidade de sua conceituação, tendo em vista as tipologias e os componentes explicativos dessas violências. Para Debarbieux (2001), o significado de violência é compreendido como uma construção: cada grupo social constrói o seu significado de violência. Distinguem-se várias expressões de violência no âmbito escolar. É fundamental explicitar os fatores que abarcam sua manifestação, revelando a violência estrutural com base em Laterman (2000). O Estado, em função do sistema capitalista, prioriza políticas públicas focadas na questão econômica, ao invés da social, segundo Cruz Neto (1999). A violência cultural e a naturalização da violência se estabelecem na medida em que as pessoas ficam privadas de ausência de serviços em relação às escolas, como falta de vagas, falta de professores e não percebem tratar-se de uma forma de violência, conforme discorre Candau (2001). A violência simbólica, tratada por Bourdieu (2008), revela o conhecimento homogêneo da escola e impõe a inculcação da cultura legitimada, correspondente à classe dominante, desprezando a cultura vivenciada do sujeito que não se adapta ao sistema escolar, ocasionando a autoexclusão.

A escola não poderia deixar de ser abordada em sua função social e na perspectiva de formação que lhe é inerente. Para Frigotto (2006), a proposta pedagógica está voltada para a produtividade e é fundamental refletir sobre a necessidade de reformular tal proposta com vistas a uma formação voltada para a autonomia do sujeito e, principalmente, para o estabelecimento do diálogo da escola com a comunidade. Caso contrário, a escola permanecerá presa a paradigmas obsoletos, isolada em seus muros. O diálogo entre escola e comunidade favorece a organização e a possibilidade de pleitearem interesses de cunho comum, como a melhoria das condições da educação adequadas às necessidades da vida da população no entorno da unidade de ensino. Essa questão nos remete à construção de políticas públicas na medida em que essas, voltadas à educação, venham a concretizar programas e projetos que atuem no sentido de solucionar questões relacionadas aos problemas levantados.

Portanto, para entender o papel de política pública como caminho para a solução de diversos problemas sociais é preciso abordar sua construção e os elementos principais que a compõem. Neste sentido, o processo inicial para construção de uma política pública parte, sobretudo, de um conflito social em torno do qual a sociedade civil se organiza e encaminha a demanda ao Governo em busca de sua solução. Por sua vez, o governo pode começar a discutir a questão dentro do âmbito político, na medida em que a questão entre na agenda governamental. Os atores políticos iniciam, então, um segundo conflito que se caracteriza pelas estratégias adotadas para debates e embates. Além de definir ações e Programas, essas estratégias têm como finalidade apontar uma solução para o pleito social.

Para respaldar a definição e o trâmite que se desenvolve na construção de uma política pública, alguns autores discorreram sobre o assunto, entre eles, Bobbio (2007), que destaca,

sobretudo, a atividade política decorrente dos problemas de ordem social. Frey (2002), que aborda a conjuntura que se desencadeia na política pública e suas dimensões, devidamente mencionadas na seção 3. A avaliação de uma política pública é fundamental para acompanhar o processo de implantação de um programa, de execução e de resultados alcançados, evidenciando se os efeitos do impacto alcançaram os objetivos de solucionar um devido problema social. E, se necessário for, efetuar correções ou elaborar outras ações para alcançar os objetivos.

Há políticas públicas que respaldam as iniciativas e os programas que focalizam a criança, o adolescente e o jovem, principalmente, dentro do âmbito escolar. Essas políticas apresentam um resgate resumido das várias compreensões e perspectivas voltadas aos jovens no processo educativo no Brasil, e definem, em diferentes épocas do século XX, as prioridades no processo de Educação Formal. Deste modo, delineiam-se as políticas públicas de contenção à violência escolar e, sobretudo, as perspectivas implantadas nas escolas. Vários autores contribuíram para construção de discussão sobre essas políticas, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2000), Abramovay (2002, 2004), Castro (2002), Debarbieux (2002), Avancini (2004), Frigotto (2006) – e outras referências.

A contextualização conceitual de políticas públicas, seu processo de construção e execução, focalizando prioridades no processo de educação formal, a contenção da violência escolar, a exposição de aspectos que abarcam a complexidade da violência e suas várias formas de expressão são questões que possibilitam a discussão acerca das violências encontradas na rede municipal de ensino de Salvador. A infraestrutura precária dos serviços básicos disponíveis à população, as exclusões externa e interna perpetradas pela escola e a vulnerabilidade social à qual estão expostos os adolescentes e jovens do segundo ciclo do Ensino Fundamental são os elementos desencadeadores da violência escolar.

Bourdieu (2008) promove a discussão da violência simbólica que permeia a relação do professor com o aluno e a agressão verbal do aluno com o professor, tão presentes no cotidiano da escola. Frigotto (2006) diz que a escola, em seu modelo pedagógico, está preparando a classe popular para a produtividade, para preencher funções necessárias ao sistema capitalista. É necessário, portanto, ressignificar a escola, dissolvendo o distanciamento entre a escola e a comunidade, reconstruindo o espaço escolar e o seu papel efetivo. Dessa forma, permite-se construir o sentimento de pertencimento da comunidade em relação à escola. Outros autores respaldaram essa discussão, tais como Abramovay (2002; 2003; 2004) e Castro (2003). Especialmente essas duas autoras desenvolveram uma série de pesquisas que permitem revelar a condição do jovem brasileiro e as causas da violência nas escolas.

Neste trabalho, serão apresentados os programas e os projetos que tratam da contenção da violência e analisados os objetivos, o processo de implementação e a implantação nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi qualitativa, tendo em vista que as Ciências Humanas trabalham com base no discurso dos sujeitos, e o que fundamenta a análise da pesquisa é o sentido e significado dado por eles à determinada realidade da qual participam e vivenciam. Ao pesquisar uma complexa realidade por meio da abordagem qualitativa, é possível compreender a percepção dos sujeitos. Optou-se, pelo método de investigação, o estudo de caso que permite explicitar como e por que ocorre o fenômeno da violência escolar dentro do contexto específico da Rede Municipal de Ensino de Salvador. Os passos percorridos nesta pesquisa

focalizaram a coleta de dados relativos à recorrência dos problemas nas escolas, e a análise foi favorecida com base na fundamentação teórica construída sobre o assunto.

Nas escolas que fizeram parte da pesquisa, foi notório observar que os atores buscam alternativas e parcerias com o objetivo de conter a violência e pode-se atribuir a essa questão aspectos éticos, e, sobretudo, de compromisso com o outro no social. Obteve-se depoimentos sobre as pequenas violências, vistas como comum no cotidiano escolar pelos entrevistados, observando a repetição das ocorrências. Portanto, os entrevistados não vêem como importante porque se tornou parte da vivência do cotidiano. A pesquisa qualitativa proporciona, para este estudo, o esclarecimento que envolve duas questões fundamentais à preocupação ética para quem a produz e o bom uso do método para seu desenvolvimento.

Ao abordar as entrevistadas, obtiveram-se depoimentos que expuseram as violências, os elementos que as motivam, as soluções disponíveis, as limitações nas soluções, a convocação a outros órgãos⁴ (ou de defesa dos direitos da criança e adolescente, ou de punição quando há atos de infração, ou de segurança). Os dados qualitativos permitiram o desvelar da percepção de Coordenadores Regionais e Gestores sobre as situações do cotidiano escolar e a forma como buscam administrá-los. Em geral, ocorre através do diálogo, da segurança e da punição⁵. Houve certa resistência para revelar os problemas recorrentes devido à expectativa existente de gestão competente da Secretaria de Educação sobre o Gestor.

A hipótese testada neste estudo mostrou que os programas e projetos são insuficientes na contenção da violência nas escolas da rede municipal de Salvador, eles existem, mas é necessário avaliar o seu alcance efetivo às inúmeras violências, desde as pequenas, relacionadas ao cotidiano, a rixa entre gangues, a violência externa que adentra as escolas, o *bullying* e as ameaças aos professores. Há, de fato, a constatação de menor prejuízo material em função da diminuição na quantidade de solicitação para reparos nos prédios escolares em virtude de depreciações a partir da implantação de programas em algumas unidades.

Os sujeitos pesquisados esclareceram as situações de recorrências de forma muito similar, principalmente, em relação à violência externa à escola. Houve ênfase, especialmente, em expressar a responsabilidade delegada ao Gestor em encontrar soluções aos problemas. Para atingir o objetivo da pesquisa, as questões apresentam uma direção focada nos problemas recorrentes e evitou-se elaborar perguntas cujas respostas desviassem do objeto de trabalho investigativo. Outrossim, a coleta de dados favoreceu a argumentação e a comprovação da

⁴ A escola encaminha um ofício solicitando a presença do Conselho Tutelar na unidade escolar para tomar providências em casos, em geral, de negligência, abandono ou maus tratos dos pais em relação aos filhos. O Conselho Tutelar, ao constatar a denúncia, pode convocar os responsáveis pela criança ou adolescente a irem ao escritório para iniciarem um acompanhamento do caso. Por outro lado, o Conselho Tutelar atuaria defendendo a garantia do direito à vaga na escola quando é feita denúncia por parte dos pais. A Lei de Criação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, nº 504/00, e conforme consta no Art. 15. “Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de (05) membros para mandato de 03 anos, permitida uma reeleição. (Lei de Criação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente”. (Disponível em: <<http://www.mp.gov.br>>, acesso em 7 set. 2009).

⁵ Os procedimentos internos à escola em casos de punição ao aluno envolvem o registro no livro de ocorrência, e o Gestor da escola participa o episódio ao Conselho Escolar da unidade para tomarem uma providência coletiva. Caso a situação envolva agressão física ou ameaça de aluno a outro aluno ou professor, a punição pode ser desde a suspensão dele das aulas, a expulsão ou transferência da unidade ou ainda a escola chama a DAI ou DERCA para dirigirem-se ao local e atuar o aluno infrator. Em relação à medida de segurança, solicitam a presença da Ronda Escolar na escola em casos de alunos armados ou conflitos nos arredores da escola.

experiência. E, por vezes, revelou a perspectiva crítica dos entrevistados. Demo (2005, p. 125) fornece a definição de pesquisa qualitativa ao dizer que:

A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela abertura das perguntas, rejeitando-se toda resposta fechada, dicotômica, fatal. Mais do que o aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação.

Para explorar as respostas dos entrevistados, buscou-se esclarecer ou reafirmar as colocações feitas para que ficasse claro o discurso. Por vezes, também, se nota uma resistência inicial e a retomada da pergunta no momento que o entrevistado diminuiu o estado de defesa, possibilitando fluir os depoimentos. A análise dos depoimentos dos entrevistados requer um extremo cuidado na interpretação, pensando no aprofundamento dos dados, que é justamente o propósito da abordagem da pesquisa qualitativa. Os programas e os projetos que a Secretaria de Educação estabeleceu parceria com o Governo Federal, e foram investigados e citados pelos entrevistados dessa pesquisa, são: Programa Paz nas escolas (apenas uma Coordenadora de programa), Programa Escola Aberta e Programa Mais Educação. Esses já estão implantados em um conjunto de escolas e vêm ampliando o seu alcance. Houve a indicação de projeto implantado anteriormente, do Governo Federal, o Projeto Escola Que Protege. Os entrevistados também citaram outro, desenvolvido pela Polícia Militar, chamado Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD; e do Ministério Público, que desenvolve um trabalho nas escolas, o Programa de Educação em Direitos Humanos – PROGREDH. Esses programas e o projeto destacados acima foram mencionados em maior grau pelos entrevistados. Apenas um desses programas não será analisado na seção 5, o Programa Mais Educação porque não tem o objetivo de contenção da violência justamente o objeto desta pesquisa.

Quadro de programas e projetos que atuaram de forma mais efetiva na contenção a violência nas escolas da rede municipal

PROJETOS E/ PROGRAMAS	OBJETIVOS	AÇÕES	INSTITUIÇÕES	ASPECTOS PONTUADOS
ABRINDO ESPAÇOS	Disseminar a cultura de paz.	Abertura das escolas para a comunidade nos fins de semana, desenvolvendo oficinas e atividades de cultura, esporte e lazer.	UNESCO	A iniciativa é externa, baseada em pesquisas que apontam a violência entre jovens e na escola iniciou em 2000.
ESCOLA ABERTA	Promover a Inclusão Social, a cidadania e evitar a violência.	Abertura das Escolas nos fins de semana oferecendo oficinas diversas e atividades de cultura, lazer, esporte	MEC/SECAD	A Rede Municipal de Educação de Salvador implantou nas escolas em 2005.
ESCOLA QUE PROTEGE	Formar profissionais de educação dentro do paradigma dos direitos humanos para que entendam a violação dos direitos humanos fundamentais da criança e do adolescente, como: direito à vida, à liberdade, à segurança e ao lazer. Trabalham a percepção dos professores com relação aos alunos que apresentam mudanças de comportamentos e baixo nível de aproveitamento da aprendizagem, que são indicativos de que algo está se passando com aquela criança ou adolescente referente a questões relativas a abuso sexual, exploração infanto-juvenil.	Ações preventivas de conscientização através das atividades desenvolvidas e de palestras, como também ações curativas com o fim de solucionar o problema do abuso e da exploração seja sexual ou do trabalho infantil.	MEC/SECAD	A Rede Municipal implantou esse projeto no ano 2004.
MAIS EDUCAÇÃO	Ressignificar a escola. É necessário maior compromisso dos professores para favorecer a inclusão dos alunos na escola	Desenvolver atividades de reforço do estudo e outras atividades no horário oposto ao de estudo do aluno na escola.	MEC/SECAD e SEB tendo parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE	Inserido na Rede municipal em fins de 2008.
PROGRAMA DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA-PROERD	Esclarecer sobre os efeitos nocivos das drogas	Ações preventivas através de mini-curso para conscientizar os jovens sobre os efeitos nocivos de drogas	Polícia Militar	A execução do programa é definida pela disponibilidade de instrutor da Polícia Militar e pela ordem de solicitação formal da escola desde 2004.
PROGREDH	Formar alunos multiplicadores para empoderar os jovens a terem conhecimento de seus direitos.	Curso sobre direitos humanos com alunos do Ensino Fundamental II	Ministério Público	Uma turma foi formada após processo seletivo na Rede de Escolas Municipais de Salvador, e desenvolveu o curso ao longo de 3 anos de 2005 a 2008.
PAZ NAS ESCOLAS	O objetivo visa a despertar atitudes de paz e semear o pensamento da paz nos alunos, nos professores e comunidade escolar para que na interação social haja comportamentos menos agressivos entre as pessoas, sobretudo, a partir de maior tolerância.	Disseminar a paz através do projeto pedagógico da escola ao incluir nas disciplinas ações para cultivar a paz.	MEC	A Coordenadora do Programa (Escola Aberta) relatou que o "Paz nas Escolas foi implantado entre 2002 a 2003" nas Escolas Municipais de Salvador. A implantação do Programa Paz nas Escolas se deu via um documento da Secretaria de Educação do Município de Salvador as unidades escolares que compõe a rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos programas e dos projetos que em seu bojo contemplam ações diversas a fim de solucionar o problema de violência na escola na Prefeitura Municipal de Salvador, pode-se observar uma articulação que une a SECAD, ONGs e o Ministério Público. As iniciativas propuseram, no âmbito geral, cultivar a paz, formar cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres, serem resistentes no tocante ao estímulo no uso de drogas lícitas e ilícitas, serem protegidos a partir da identificação dos professores da violência doméstica ou do abuso sexual. Além de fortalecer alternativas de atividades de formação aos jovens no espaço escolar nos dias ociosos, evitando expô-los a situações propícias a violências como vítimas ou agressores.

O processo de implementação das políticas em termos de ações ou programas, implicou também em articulação de instâncias do governo, instituições nacionais e internacionais, bem como ONGs que envidaram esforços diante do agravamento dos resultados das pesquisas em várias capitais do Brasil, que revelaram a violência no âmbito escolar. Os documentos internacionais e a parceria da UNESCO e sua equipe técnica com o governo favoreceram a construção de uma política pública federal, configurada na abertura das escolas que valorizaram a cultura popular, o saber informal, fortaleceram a formação dos jovens e das comunidades no entorno das escolas e cultivaram, sobretudo, a cultura de paz. Esse programa do governo abrigou outros programas e projetos com o intuito de contenção da violência.

A cooperação do Ministério Público em Salvador, diante das queixas constantes de violência nas escolas, propiciou a construção de um programa que efetivou a participação de técnicos da Rede de Escolas Municipais culminando na formação dos Direitos Humanos, transformando jovens, sobretudo, de liderança negativa, em cidadãos conscientes e preocupados em adotar atitudes ativas na sociedade.

Todas as ações analisadas nesse estudo são importantes e fundamentais enquanto esforços para propiciar organização social e fortalecimento da sociedade, que está exposta à vulnerabilidade social e sofre inúmeras exclusões. Até mesmo, as iniciativas implantadas na Rede de Escolas do Município de Salvador, efetivamente, diminuíram a depredação do prédio escolar. Ainda assim, a violência escolar é uma questão complexa e as iniciativas adotadas, até o presente momento, não apresentaram a contenção da violência devido à pluralidade das situações enfrentadas, situações expressas nas diversas realidades das unidades escolares. Cabe desenvolver avaliações sistemáticas que forneçam informações concretas sob os efeitos causados de cada programa ou projeto implantado nas escolas em relação à tipologia de violência vivida e principalmente com forte nexos com a necessidade local da unidade escolar.

As demandas por políticas públicas partem, em geral, de estudos das instituições que constroem, articulam e implementam os programas e/ou projetos. Contudo, se identificam demandas de parte da sociedade civil, ou seja, da própria comunidade escolar que não são atendidas ou não foram organizadas como pleito, encaminhadas como reivindicações às instituições públicas. Mas as demandas existem, vista, sobretudo, pela reincidência de casos de violências nos bairros periféricos e no âmbito escolar, explicitados nos depoimentos das Gestoras nas unidades pesquisadas e por meio dos depoimentos das Coordenadoras Regionais sobre as situações que tomam conhecimento em relação a violências nas escolas.

Outro aspecto a ressaltar é que as violências tratadas nos programas são avaliadas pelas entrevistadas como causadas pelo ambiente externo à escola. É urgente o reconhecimento da violência no ambiente escolar oriunda do contexto social externo para que se priorize uma política eficaz de contenção da violência na Prefeitura Municipal de Salvador. Isso favorecerá, em grande parte, amparo efetivo às Gestoras escolares que, isoladamente, não têm alcance de resolvê-los.

Observa-se uma situação peculiar no cotidiano das Gestoras diante da pressão de organização da dinâmica escolar, da relação interpessoal com professores, funcionários e discentes. Geralmente, buscam incrementar recursos e alternativas com diversas parcerias no entorno da escola, com ONGs e MEC a fim de melhorar as condições de serviços à comunidade atendida. Ainda assim, sofrem pressão e são submetidas a um impasse entre autonomia e independência, que corroi o exercício da gestão. Por outro lado, há pressão da comunidade no entorno da escola diante das inúmeras exclusões sociais da realidade periférica na qual se encontra a escola. A literatura indica, nesse caso, que a escola que não considera o seu entorno se depara com uma idealização de aluno a ser atendido, principalmente, enquanto expectativa dos professores, que é incoerente com a realidade discente. A fratura entre a realidade e a idealização provoca atritos que agravam as manifestações de violência por parte do professor ao aluno na medida em que exclui ao rejeitar aquele estudante. E, por outro lado, o aluno agride o professor por este estar imbuído da autoridade que pode lhe conferir o fracasso ou sucesso escolar.

Em geral, pode-se constatar que há um problema que persiste na implementação de projetos e programas, em particular, na Rede de Escolas Municipais de Salvador, no que se refere à avaliação contínua ao longo de sua implantação, o que dificulta obter resultados a fim de avaliá-los e possibilitar ressaltar os pontos de impacto positivo, bem como reformular os pontos negativos.

Há um incremento de órgãos internacionais e nacionais, bem como ONGs, institutos que colaboram com ações para evitar ou proteger as crianças, adolescentes e jovens que estão atuando em parcerias para conter as inúmeras violências na sociedade. Na Rede de Escolas Municipais de Salvador houve a participação efetiva dos técnicos da CENAP na Secretaria de Educação na construção do programa piloto do Ministério Público. Esse programa requeria a intensa participação dos Professores e Coordenadores Pedagógicos. E foi um dos pontos que fragilizou a retroalimentação da avaliação que traria resultados fundamentais ao programa.

A ausência de participação efetiva da comunidade escolar nas ações implantadas nas escolas provoca dificuldades no fortalecimento efetivo de aproximação da escola com a comunidade. O que não se pode delegar isoladamente aos atores envolvidos, tendo em vista toda uma estrutura funcional em respeito a critérios, tais como o calendário letivo entre outros na escola. Então, a questão não é tão simples. Há notória resistência do professor em ampliar o papel que lhe compreende como educador que supera lecionar um conhecimento formal de uma determinada disciplina, sendo algo que compromete o impacto positivo de programas aqui expostos.

O Gestor, por sua vez, tem que lidar com absolutamente tudo na unidade escolar pela qual é responsável e há limitações de seu poder em resolver as situações relativas à violência no âmbito escolar. Evidencia-se, também que cabe a competência do Gestor não passar problemas das unidades escolares a outros setores dentro da Prefeitura. De tal modo, a burocracia acarreta

numa negação das necessidades da realidade escolar por outros setores da Prefeitura Municipal de Salvador.

Está ausente da dinâmica institucional da Prefeitura Municipal de Salvador, especificamente da SECULT, uma investigação da realidade escolar para evidenciar, sobretudo, os casos de violência registrados no livro de ocorrências⁶, visando dimensionar a real situação do problema social no âmbito das unidades escolares municipais. O estabelecimento de maior articulação intrainstitucional e interinstitucional para superação dos problemas relativos à violência é o começo de um caminho a ser perseguido para construir políticas condizentes às demandas nas unidades escolares municipais. A Prefeitura Municipal de Salvador, na medida em que adotar Políticas Públicas de contenção à violência, assumindo, sobretudo, a existência da pluralidade destas manifestações na rede de escolas, e promovendo maior participação da comunidade daria um passo importante para enfrentar este problema.

As Políticas Públicas que imprimem ações de contenção da violência escolar e fazem assim programas e projetos são fundamentais para tentar reverter o quadro das inúmeras violências apresentadas e relatadas pelos pesquisados nas escolas. Acentua-se o importante papel que vem cumprindo a escola na atualidade com a comunidade em seu entorno. Na Prefeitura Municipal de Salvador essa relação dialógica precisa ser reforçada e a extensão dos projetos ampliada. Os programas e projeto de contenção da violência existem e foram implantados nas escolas da rede municipal de Salvador. Contudo, cabe destacar que não foram implantados em todas as escolas da rede municipal, pelo menos os programas e projeto abordados nesta pesquisa.

O fortalecimento do canal de comunicação entre a comunidade e escola é fundamental. Para favorecer tal aproximação a escola pode servir como espaço para os diferentes grupos sociais locais que realizem inúmeras atividades de seus interesses. Levam-se em consideração, sobretudo, as escolas que se encontram na periferia, em local de alta vulnerabilidade social, sem acesso, por exemplo, ao lazer e à cultura. A escola, nesse contexto, pode ampliar seu papel e sua função para a comunidade, o que pode fazer com que a comunidade seja parceira da escola na contenção da violência. Atualmente, a escola encontra-se isolada nas ações de contenção da violência escolar ocorridas cotidianamente. Os conflitos existentes reforçam a necessidade de empregar mais ações para superação de problemas que têm origem na cultura comunitária local entre os alunos e a dificuldade de aceitação ao adentrarem a escola.

Assim, a possibilidade de extensão das políticas públicas conterem a violência escolar deve estar articulada à promoção de outras políticas públicas que empreendam ações em diversas áreas para proporcionar uma melhora significativa nas condições de vida da população das comunidades periféricas. Portanto, políticas públicas de contenção de violência escolar não podem ser vistas apenas como questão de segurança pública, mas questão social mais ampla e articulada em rede com outras políticas.

Outra questão é a realização de avaliação dos programas e dos projetos. É necessário metodologia rigorosa e instrumentos que auxiliem a obtenção dos efeitos do impacto causados

⁶ O Livro de Ocorrências mencionado pelas Gestoras e Coordenadoras Regionais nas entrevistas tem o objetivo de registrar os episódios de violência, agressão ou mesmo de desrespeito de alunos no âmbito escolar a: colegas, funcionários e professores. Os registros servem como documento que ampara a escola diante de um processo do Ministério Público que garante o direito do aluno estudar, caso a escola o tenha expulsado ou transferido para outra unidade escolar.

no público ao qual se destinou os objetivos. Os resultados são fundamentais para se ter noção exata ou aproximada do grau de extensão dos programas e projetos na contenção da violência escolar.

Na investigação dos tipos de violências existentes nas escolas surgiram todas as situações de violência: a simbólica; o uso de drogas; a invasão de pessoas da comunidade perturbando a rotina e alunos na escola; o toque de recolher devido ao tráfico no bairro; a violência doméstica e abuso sexual; as ameaças, agressões físicas e psicológicas, caracterizando o *bullying*.

A violência identificada e de caráter mais singular relatada com frequência por Gestoras e Coordenadoras Regionais é relativa à violência de origem externa à escola, com a alegação de falta de educação doméstica e ausência dos pais. A justificativa de a violência ser externa à escola evidencia a instalação de um conflito na relação dos atores da escola e alunos relativos à incompatibilidade entre a bagagem cultural do aluno, que compreende a sua realidade e o conjunto de regras e normas legitimadas pelo corpo docente da escola.

Dessa forma, a única solução aceita pela escola é a adequação do aluno às normas e regras ou; o risco dele desenvolver um sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar, resultando no abandono dos estudos. Essa última opção implica na “autoexclusão” do aluno da escola. Há necessidade de empregar esforços para construir política pública partindo da realidade dos problemas do cotidiano da Rede Municipal de Ensino de Salvador que compreendam ações onde haja, sobretudo, participação ativa dos atores das unidades escolares que atuem a fim de oferecer soluções à violência de âmbito escolar.